

# OS DESAFIOS DOS GESTORES DA ESCOLA PÚBLICA NA PÓS PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE MULUNGU: COM ALUNOS AUTISTAS

Claudemir Martins dos Santos<sup>1</sup>  
Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é compreender como os gestores escolares da rede municipal de Mulungu, tem enfrentado a inclusão de crianças com o espectro autista na sala de aula regular. O papel do gestor escolar diante do processo de pandemia foi o de um profissional que esteve sempre a frente na linha de atuação e que enfrentaram as adversidades e os problemas que a pandemia causou na escola, nos alunos, nas famílias e em toda a sociedade. Vivenciamos um momento ímpar no mundo. Momento em que tivemos que abdicar do convívio em sociedade. E tivemos que passar a conviver no espaço virtual, sem contato com as pessoas. A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, é uma questão que envolve toda a sociedade. Como sabemos a escola e a família e todos os profissionais que acompanham essas crianças em organizar e trazer alternativas para amenizar e resolver a problemática que tem essa criança. Sabemos que apesar do avanço na legislação ainda temos muito o que avançar. A pesquisa contou com a contribuição de arcabouço legal da inclusão escolar, tendo como referência a Política Nacional de Educação Especial. E o arcabouço teórico de Cury, Dutra, Capellini, Vieira, entre outros. Para desenvolver a Pesquisa de cunho qualitativo, optamos por realizar, no município de Mulungu, e como resultados conseguimos compreender as dificuldades enfrentadas pelas escolas, que precisam oferecer a essa clientela, condições de acolhimento e de inclusão no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Autismo, Inclusão, Aluno, Escola, Família.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [kaiomartinspb@gmail.com](mailto:kaiomartinspb@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [monicachuepb@gmail.com](mailto:monicachuepb@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O autismo é considerado um déficit na comunicação social (socialização e comunicação verbal e não verbal) e comportamento (interesse restrito e movimentos repetitivos), uma questão de saúde, têm como termo técnico: Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Atualmente é possível identificar o sinal do autismo nas crianças, a partir dos primeiros anos. O papel do gestor escolar diante do processo de pandemia foi o de um profissional que esteve sempre a frente na linha de atuação e que enfrentaram as adversidades e os problemas que a pandemia causou na escola, nos alunos, nas famílias e em toda a sociedade.

Vivenciamos um momento ímpar no mundo. Momento em que tivemos que abdicar do convívio em sociedade. E tivemos que passar a conviver no espaço virtual, sem contato com as pessoas. A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais é uma questão que envolve toda a sociedade. A falta de diagnóstico inicial do TEA, em crianças e adolescentes, muitas vezes as famílias só ficam sabendo de algum tipo de déficit, no período escolar.

O objetivo desse trabalho é compreender os gestores escolares da rede municipal de Mulungu, o enfrentamento das dificuldades de adaptação e inclusão de crianças com o espectro autista na sala de aula regular. Analisar o papel dos gestores escolares da rede municipal de Mulungu no processo de inclusão de crianças com o espectro autista na sala de aula regular, destacando suas estratégias e desafios durante o período da pandemia. Investigar as dificuldades enfrentadas pelas escolas de Mulungu ao oferecer condições de acolhimento e inclusão para crianças com necessidades educacionais especiais, com foco específico nas crianças com espectro autista, e identificar as barreiras que ainda existem na prática em relação à inclusão. Avaliar o impacto da pandemia nas estratégias de inclusão adotadas pelas escolas de Mulungu e no bem-estar das crianças com espectro autista, explorando como a transição para o ensino virtual afetou a inclusão e as interações sociais dessas crianças.

O papel do Estado se faz presente, através das políticas públicas educacionais, com adaptação de currículo, preparação de profissional para melhor atender e desenvolver habilidades e competências ao público-alvo, promovendo à educação inclusiva. “A Educação Inclusiva é uma modalidade para pessoas com necessidades educacionais. Iniciou-se devido à necessidade de promover um método de ensino e aprendizagem a alunos em situação de deficiência” Albuquerque (2017, p. 03). O autor ressalta a importância do currículo no processo de ensino e identificação do déficit de aprendizagem.

Identificação dos casos de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), em 2019, um trabalho científico demonstrou as estimativas entre 97% e 99% são genéticos, 81% hereditário.

Além dos fatores ambientais que variam de 1% a 3% ainda controversos, associados a idade paterna avançada ou o uso de ácido valpróico na gravidez. Prevalência de autismo nos EUA com números quase idênticos entre negros e brancos mostra que algumas etnias têm menos acesso ao diagnóstico (Revista Autismo, 2020, p. 08). De acordo com a publicação, as condições para quem convive com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA):

Não há só um, mas muitos subtipos do transtorno. Tão abrangente que se usa o termo “espectro”, pelos vários níveis de comprometimento — há desde pessoas com condições associadas (comorbidades), como deficiência intelectual e epilepsia, até pessoas independentes, que levam uma vida comum. Algumas nem sabem que são autistas, pois jamais tiveram diagnóstico. (Revista Autismo nº 09, 2020, p. 08).

Dados estatísticos de prevalência do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) :o Centro de Controle de Doenças e Prevenção do governo dos EUA), com o aumento de casos norte-americanos, foram divulgado uma estimativa para 2023, que é 1 para 36 de novos casos. Existe uma estimativa que no Brasil, aproximadamente 6 milhões pessoas com TEA, entre crianças, jovens e adultos (Revista Autismo nº 21, 2023, p. 28).

A falta de diagnóstico inicial do TEA, em crianças e adolescentes, muitas vezes as famílias só ficam sabendo de algum tipo de déficit, no período escolar. É nesse momento que, o Estado se faz presente, através das políticas públicas educacionais, com adaptação de currículo, preparação de profissional para melhor atender e desenvolver habilidades e competências ao público-alvo, promovendo à educação inclusiva. É a partir da Assembleia da ONU na Tailândia em 1990 e da Assembleia da ONU na Espanha em 1994, onde estavam presentes 155 países dos cinco Continentes, inclusive o Brasil, surgiu a Declaração de Salamanca, documento que expressa a inserção e visão pedagógica do desenvolvimento humano, respeitando os ritmos e as formas diferenciadas de aquisição de aprendizagens.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1).

Um dos grandes desafios considerados atraso no modelo educacional, está ligado ao modelo econômico e fatores sociais de cada país, principalmente os emergentes. É esse tipo de crítica terciada por Vieira; Pereira (2003, p. 17), quando se refere a ignorância humana ao longo dos séculos contra as pessoas com algum tipo de deficiência:

Os modelos econômicos, sociais e culturais impuseram às pessoas com deficiência uma inadaptação geradora de ignorância, preconceitos e tabus que, ao longo dos

séculos e século, alimentaram os mitos populares da ‘perigosidade’ das pessoas com deficiência mental e do seu caráter demoníaco, determinando atitudes de rejeição, medo e vergonha. (Vieira; Pereira, 2003, p.17).

Os PCNs, “A atenção à diversidade é um princípio comprometido com a igualdade, ou seja, com o direito de todos os alunos de realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização” (PCNs, p. 97). “Nesse contexto, a adaptação curricular será as mudanças curriculares feitas para atender às necessidades especiais das crianças, será o mecanismo para a escola inclusiva atender a todos com critérios de qualidade” Oliveira (2016, p. 14). De acordo com o documento da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre a Educação Especial, nos fala ainda o Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Cury (2005, p. 12), ressalta a importância das políticas inclusivas visando a amplitude nos espaços escolares em território nacional:

Políticas inclusivas supõem uma adequação efetiva ao conceito avançado de cidadania coberto pelo ordenamento jurídico do país. É ainda dentro dos espaços nacionais, espectro privilegiado da cidadania, que se constroem políticas duradouras em vista de uma democratização de bens sociais, aí compreendida a educação escolar. Afinal, cidadania e nação são construções históricas, mas não são objetos de uma relação imanente e ontológica (Cury, 2005, p.12).

As políticas só vêm a confirmar que “Tais políticas afirmam-se como estratégias voltadas para a focalização de direitos para determinados grupos marcados por uma diferença específica” Cury (2005, p. 15). “A Educação Inclusiva é uma modalidade para pessoas com necessidades educacionais. Iniciou-se devido à necessidade de promover um método de ensino e aprendizagem a alunos em situação de deficiência” Albuquerque (2017, p. 03). O autor também ressalta a importância do currículo no processo de ensino e identificação do déficit de aprendizagem nos espaços escolares:

A escola inclusiva permite que o aluno obtenha acesso ao currículo, para isso, a instituição de ensino deve promover mudanças que possa contemplar as necessidades frente à deficiência do aluno com necessidades. Vale ressaltar que ao empregar o termo “deficiência” deve-se considerar sua amplitude na qual envolvem: pessoas com deficiência física, intelectual, superdotadas, entre outras. (Albuquerque, 2017, p. 04).

Dutra, (2014, p. 19) afirma que “O direito das crianças com necessidades especiais ao acesso, à permanência na escola e a educação de qualidade foram fixados na Declaração de Salamanca, em 1994; onde se afirma que se faz necessária a ajuda de professores capacitados, para atender as necessidades específicas dessas crianças”.

A educação, incluindo a especial, fundamenta-se no princípio da equidade (que reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional); prevê, especificamente, a formulação de políticas públicas

educacionais reconhecedoras das diferenças e da necessidade de condições diferenciadas para a efetivação do processo educacional (Dutra, 2014, p. 19).

Capellini (2016, p.88) afirma que “Caracterizado pelas dificuldades nas interações sociais e na comunicação, além de apresentar um repertório restrito de atividades e interesses, as manifestações do TEA variam de acordo com a idade e a fase de desenvolvimento da criança”.

Esta tríade de comprometimentos – interação social, comportamento e comunicação – podem acarretar algumas limitações no processo de aprendizagem do aluno com TEA. No entanto, sua escolarização é possível, quando lhe são oferecidas as oportunidades de acordo com suas necessidades e potencialidades, a partir de uma perspectiva da educação inclusiva. No Brasil, as pesquisas sobre a inclusão escolar de crianças com TEA no sistema regular de ensino estão se intensificando, assim como as investigações sobre os processos de alfabetização e letramento de tais alunos. Entretanto, ainda há uma dissociação em relação às discussões sobre esses dois aspectos supracitados (Capellini, 2016, p.88).

Portanto, constatamos e reafirmamos que através das leis, o quanto as propostas educacionais e seus avanços continuam sendo desenvolvidas mesmo que a passos lentos. Destacamos a importância de vários teóricos que vem desempenhando seu papel na sociedade através das pesquisas e corroborando com os temas: Educação inclusiva, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Política Nacional de Educação, Formação de Professores e sua qualificação para o atendimento especializados de crianças e adolescentes nas escolas. Existe um serie de estudos que analisa a importância e a relevância das necessidades e cuidados educacionais, dá população excluída com algum tipo de transtorno, promovendo a inclusão assim como TEA (Albuquerque, 2017; Capellini, 2016; Cury, 2005; Dutra, 2014; Oliveira, 2006; Vieira, Pereira, 2003; revista Autismo, 2020, 2023).

A presente pesquisa se justifica pela importância das políticas públicas na promoção da educação inclusiva para crianças com TEA, na cidade de Mulungu-PB e avalia a eficácia destas para garantir que recursos e estratégias adequadas estejam sendo implementados para atender às necessidades desses alunos, principalmente neste momento pós pandemia. Assim, busca-se entender como essas adaptações estão sendo realizadas, quais são os desafios encontrados e quais estratégias estão sendo mais eficazes, assim como busca-se investigar os processos formativos dos profissionais para trabalhar a inclusão, e como o apoio das famílias tem sido incentivado para promover uma inclusão eficaz nas escolas municipais.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou-se de método qualitativo e bibliográfico. Durante o levantamento de dados constatamos que o município de Mulungu/PB conta com 14 unidade escolar, sendo 12 escolas municipais, que atende crianças e adolescentes dos anos iniciais, fundamental I e fundamental II, na zona urbana e rural. Duas das 14 unidades são creches, (dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação). A rede municipal de ensino conta com uma unidade escolar que atende anos iniciais e fundamental I, essa unidade foi escolhida para realização de pesquisa por ter o maior número de alunos nessa fase inicial como também alunos identificados autistas.

A pesquisa campo foi realizada na unidade escolar da zona urbana: Centro Educacional Epaminondas Torres de Aquino-Mulungu-PB. Procedimentos junto à coordenação pedagógica, levantar dados da quantidade de alunos matriculados nesta unidade com autismo. Identificados com laudo, ou em processo de construção desses laudos juntos as unidades responsáveis pela emissão. De acordo com as informações obtidas em 30 de ago. 2023, em toda rede municipal existiam 39 diagnosticado com algum tipo de transtorno na rede municipal, porém alunos laudados existia apela 6 (seis). Os demais são hipótese diagnóstica aguardando a avaliação neurológica encontram-se em processo de identificação.

Para compreender o contexto pós pandêmico, quais os cuidados a escola tomaram para com seus alunos e familiares desses alunos autistas. Durante a entrevista com a direção desta unidade, evidenciamos que existe o atendimento educacional especializado – AEE, sala especializada em recursos pedagógicos e de acessibilidade eliminando barreiras considerando as necessidades do aluno. Com profissionais qualificados, o trabalho é implementado de acordo com as necessidades de cada escola. Visando o atendimento à toda à rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação conta com uma unidade móvel (Sala de Aula Itinerante: Educação Inclusiva) que facilita o atendimento inclusivo.

Implantado para sanar as dificuldades encontradas, de acordo com gestora da unidade de pesquisa, os alunos e seus familiares foram acolhidos e na perspectiva de garantia sua permanência no espaço escolar como também das práticas educacionais, para a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas. Além disso, buscamos através de várias leituras o embasamento teórico e bibliográfico para obtermos referenciais que nos proporcionassem compreender a temática de forma mais ampla.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Quando discutirmos e analisamos os paradigmas que envolve a Educação Inclusiva, percebemos a necessidade de compreender a sua funcionalidade prática. Que essa educação de fato seja efetivada, que passe a existir no chão da sala de aula. O levantamento bibliográfico nos mostra a dimensão até onde chegam as políticas públicas, mesmo que não atendendo todas as classes sociais. A inclusão precisa acontecer, a sociedade tem sua responsabilidade. Reconhecendo direitos, à obrigatoriedade, acima de tudo responsabilidade. De modo geral, as demandas e ações do sistema educacional precisa garantir a acessibilidade de fato, envolvendo a escola, família e comunidade com à Educação Inclusiva.

Nas unidades escolares do município de Mulungu, existem atualmente 39 alunos em toda rede municipal notificado pelos especialistas da área. Vale lembrar que a grande maioria não possui laudo confirmado. De acordo com as informações colhidas durante a pesquisa, na maior escola da rede municipal existe apenas dois alunos com laudo comprovando de TEA. Uma das grandes dificuldades das famílias é a aceitação, justamente por não aceitar que seus filhos tenham dificuldade em interagir socialmente.

A adaptação escolar acontece com a sala de AEE, Atendimento Educacional Especializado. Contratação de profissional especializado para desempenhar o atendimento adequado aos alunos que necessitam de cuidados, assim como acontecesse na Sala de Aula Itinerante: Educação Inclusiva contempla a ampliação e abrangência do atendimento especializado dos alunos a partir dessa unidade móvel.

A permanência e a inclusão da pessoa com TEA, só é efetivada de fato, quando existe rede de apoio, os primeiros passos iniciar-se na escola. As leis existem e a criação de novas diretrizes, tende-se a somar para promover a inclusão. Portanto, é dever do Estado, garantir a contratação de profissionais especializados, formação continuada dos professores e profissionais da educação. Além acompanhamento pedagógico, profissionais da saúde, o apoio familiar na promoção à adaptação do autista em sociedade.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Gestor(a) Escolar: Josenice Serafim da Silva Rodrigues

(Formação Esp. em Psicopedagogia)

1) Na sua escola tem alunos autistas? Quantos são?

Sim, 2 alunos confirmados com laudos, os demais são hipótese diagnóstica aguardando avaliação neurológica.

2) De que forma a gestão acompanha essas crianças?

Eles frequentam a escola, esses mesmos alunos são acompanhados por profissionais qualificados na sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

3) Quem auxilia a professora com essas crianças, caso seja cuidadora, ela tem qual formação?

Os profissionais que auxiliam os professores em sala, com os alunos autistas, possuem formação técnica em enfermagem.

4) Como é a relação do gestor(a) com a família desses alunos?

É uma relação de proximidade, sempre atualizando informações e troca de experiência de forma significativa para a formação educacional dos alunos autistas.

5) O que a gestão da escola tem feito com o retorno à normalidade, pós-pandemia com essas crianças?

Atendimento individualizado, adaptação pedagógica e acessibilidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo, revela o quanto é difícil o acesso de todas as crianças que precisam obter o laudo, existe uma demanda significativa para a sua conclusão. Podemos analisar a discrepância pela quantidade dos que necessitam até a data da pesquisa, e quantos tiveram acesso a esse diagnóstico por parte de um neurologista. Podemos destacar os principais fatores, a falta de condições financeira das famílias em poder se locomover até os postos especializados de atendimento (fator social e econômico), a ineficiência do Estado em atender as famílias, (invisibilidade social) e a falta de informação para a aceitação das famílias sobre o TEA.

De acordo com os resultados obtidos durante esta pesquisa, podemos afirmar que principalmente no que se refere à unidade de ensino pesquisada que a gestão escolar encontrou dificuldades para a adaptação das crianças na escola com TEA neste período pós pandêmico, principalmente no que à compreensão das famílias para o encaminhamento de seus filhos para o atendimento especializado para a obtenção de laudo comprobatório.

Além disso, a escola passou por várias adaptações estruturais e curricular para que estes alunos, para que os mesmos pudessem ter acesso ao ensino de forma regular, como: adaptação de espaço físico e contratação de profissionais especializados para acompanhamento destes alunos, como também formação contínua dos professores da rede, na perspectiva de que estes

alunos possam ser melhor acolhidos no ambiente escolar, e também a construção da sala de atendimento especializada, que até então não existia na unidade escolar. Conforme a direção, os desafios foram e ainda são muitos, porém a gestão empenha-se em buscar implementar as ações da melhor forma possível.

Portanto, a legislação brasileira precisa avançar, a cada nova demanda e necessidade educacional, é preciso pensar e repensar as diretrizes na promoção de uma educação de inclusão. As probabilidades e projeções através de estudos científicos, apontam que teremos novos casos de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Uma demanda que as novas gerações tenham que se adaptar para promover e efetivar as afirmativas de fato para uma Educação Inclusiva. Assim, as escolas terão um novo desafio para suprir as deficiências já encontradas atualmente, diante das evidências preesiste possamos desenvolver mecanismos na construção unidades escolares adaptadas, preparação de pessoal (formação) que venha a atender esse público em crescimento na sociedade atual (Políticas Públicas).

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

Alunos especiais de Mulungu são atendidos com sala de aula itinerante. Disponível em: <<http://fatoafato.com.br/2023/08/alunos-especiais-de-mulungu-sao.html>> Acesso em: 04/09/2023.

ALBUQUERQUE, Thiago Henrique de Assis. Adaptação Curricular de Crianças Autistas: O Que Pensam os Professores? UFPB – João Pessoa, 2017.

BRASIL. Dados sobre COVID-19. Ministério da Saúde, 2020 Disponível em:<<https://www.gov.br/saude/pt-br>> Acessado em 20 de jul. de 2023.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; SHIBUKAWA. Priscila Hikaru; RINALDO. Simone Catarina de Oliveira. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COLABORATIVAS NA ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 13, n. 2, p.87-94 abr./jun. 2016. DOI: 10.5747/ch.2016.v13.n2.h256.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica. Caderno de pesquisa, V.35, n. 124, jan./abr. 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 06 de ago. 2023.



DUTTRA, Adriana Bastos de Oliveira. A inclusão crianças especiais na educação infantil. – João Pessoa: UFPB, 2014. 41f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Orientador: Ivana Maria de Medeiros Lima.

LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional. MEC Ministério da Educação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>> Acessado em 20 de jul. de 2023.

OLIVEIRA, Ana Paula de. Adaptação Curricular para Autista no Ensino Fundamental I: Um Enfoque na Legislação Educacional. UFPB – João Pessoa, 2016.

Revista Autismo. Ano IX – Edição nº 21: jun./jul./ago./2023. Disponível em: < <https://www.revistaautismo.com.br/>> Acesso em: 04/09/2023.

Revista Autismo. Ano VI – Edição nº 9: jun./jul./ago./2020. Disponível em: < <https://www.revistaautismo.com.br/>> Acesso em: 04/09/2023.

VIEIRA, Fernando David; PEREIRA, Mário do Carmo. “Se houvera quem me ensinara...” – A Educação de pessoas com Deficiência Mental. 2º ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação. Gráfica de Coimbra, Lda: setembro, 2003.